

O fim da zona de livre comércio

Secretaria de Fazenda e Planejamento investirá em pessoal, veículos e equipamentos para intensificar a fiscalização de mercadorias em trânsito

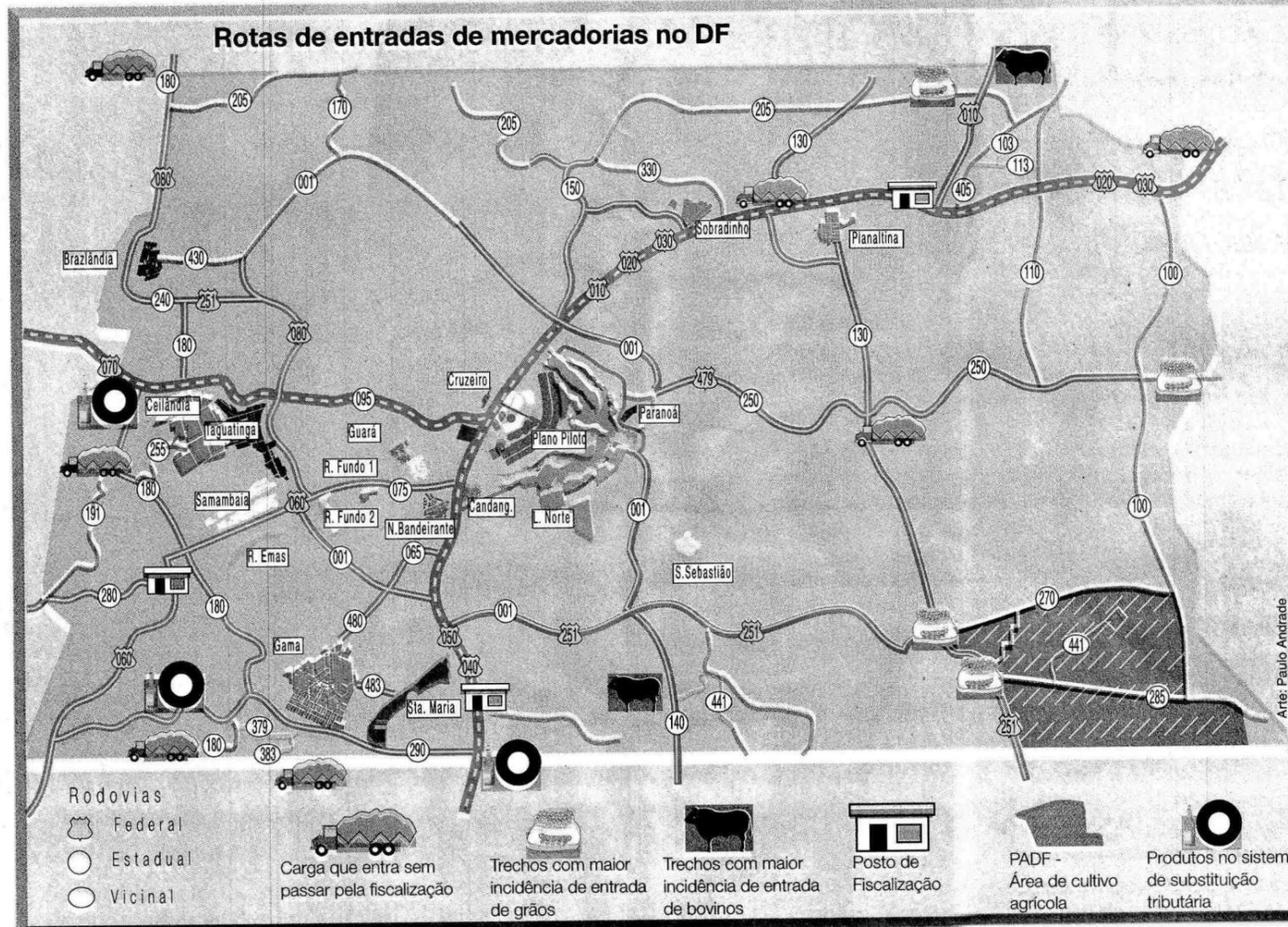
Rogério dy la Fuente
de Brasília

Ao entrar no Distrito Federal, só passa pelo posto fiscal quem quer. A constatação não é de qualquer um, mas do subsecretário de Receita da Secretaria de Fazenda e Planejamento do DF (Sefp), Waldir Gonçalves da Silva. Para acabar com a zona de livre comércio que são os 5.788 km², acessíveis por 803 km de vias pavimentadas e 975,8 km não pavimentadas, a aposta do governo está na intensificação da fiscalização das mercadorias em trânsito. Atualmente, apenas dez fiscais por dia são encarregados da fiscalização nos postos ANA, na BR-060, BEL, na BR-040 e FOR, na BR-020. Para lavar um flagrante, por exemplo, é necessário descobrir os três postos, sendo que um deles ficará com apenas dois fiscais.

No prazo de um ano, o chefe da Divisão de Fiscalização de Mercadorias em Trânsito (DFMT) da Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal (Sefp), Jorge Ernani Marinho Santos, espera reverter completamente esta situação e prevê que arrecadação de sua área salte dos atuais R\$ 1 milhão para R\$ 5 milhões mensais. Isto será possível, segundo ele, assim que forem concretizadas ações e alterações previstas no Projeto de Fortalecimento da Área Fiscal do DF (Promotec).

Em seis meses, a divisão pretende por na rua 25 equipes de fiscalização volante e começar a atuar com escritórios móveis em três acessos ao Distrito Federal, que hoje não são fiscalizados. Isto depende apenas da realização de licitação para aquisição dos veículos e do desembaraço de um concurso - que está sendo questionado judicialmente - para contratação de 100 novos fiscais. "Nossa intenção é cobrir todas as vias de acesso ao DF, provocando dois efeitos: a redução na pirataria de fronteira e o aumento na arrecadação tributária", afirma Jorge Ernani.

Os escritórios móveis, montados no interior de vans, funcionarão na DF-251, que faz a ligação entre Brasília e Unai, na BR-070 (Brasília-Cuiabá) e na DF-290, que liga a BR-060 (Brasília-Goiânia) ao Gama. "Atualmente inexistente fiscaliza-



ção nestas vias, que são as preferidas por aqueles transportadores que trazem produtos para venda no DF sem o recolhimento de impostos aqui", conta. "Nas vans, o contribuinte será atendido com todo o conforto e recursos, como se fosse no posto fiscal", salienta. As vans estão no Pátio da DFMT no SIA, mas falta a liberação delas pela comissão de licitação e também quem as opere.

Um caso clássico de evasão de receitas citado pelo chefe da divisão é o da comercialização de cervejas e de tubainas (refrigerantes de marcas pouco conhecidas e qualidade inferior). Elas têm grande entrada nas cidades periféricas do Distrito Federal. "Esta prática de venda é feita com a perda do recolhimento de 25% de ICMS pelo GDF, porque as bebidas são sujeitas a substituição tributária e sua vinda para cá não é declarada. Isto ainda prejudica as cervejarias estabelecidas no DF", conta Jorge Ernani. "Sabemos como estes transportadores

atuam, mas até agora não temos como apanhá-los, porque a equipe de fiscalização é reduzida e inexistem recursos materiais para isso. O quadro, porém, vai mudar drasticamente", justifica.

Os recursos para tanto são sistemas de chancela fiscal. "Ao entrar no DF, o transportador de cargas será cadastrado em nosso sistema e receberá um passe ou selo fiscal. Se ele não tiver como destino o DF, num prazo máximo de duas horas terá de se apresentar em um posto de saída, onde sua carga será conferida. Com isto, começará a proteção ao empresariado local", prevê Jorge Ernani. Se no prazo estipulado a mercadoria não deixar o DF, como tem todas as características do caminhão, a equipe de fiscalização móvel sairá à cata do veículo.

Para o chefe da DFMT, tão importante quanto o trabalho de repressão à comercialização ilegal de produtos, é o de conscientização dos motoristas responsáveis pelas cargas. "Muitas

vezes esse tráfego de produtos não é feito por empresas transportadoras, mas por caminhoneiros autônomos. Com conversas iniciais e a posterior aplicação de multas pesadas, eles ficarão receosos de voltar a infringir a lei", prevê Jorge Ernani.

Na última semana a equipe da DFMT assistiu à demonstração de um dos novos equipamentos que pretende incorporar nas ações de intensificação de fis-

calização: uma balança móvel dinâmica para pesagem de caminhões. "Com um equipamento como este, em 40 minutos montamos uma barreira em qualquer via do DF, podendo isolar apenas o acostamento, e fazemos a conferência se o peso está dentro do permitido e bate com a carga declarada na nota fiscal", diz o chefe da divisão.

Jorge Ernani quer estabelecer, juntamente com compa-

nhias de distribuição de cargas, parâmetros de armazenagem e acondicionamento de mercadorias em caminhões que permitam a fiscalização eletrônica dos conteúdos transportados. "Sabendo as medidas de determinado caminhão e das cargas por ele transportadas, por meros cálculos matemáticos posso aferir se o volume declarado nas notas está correto em relação ao peso e demais medidas que nossos aparelhos demonstram", confia. Em média, cada aparelho móvel de pesagem dinâmica - os veículos passam pela balança para ter o peso aferido por eixo - tem capacidade para medir 200 veículos por hora.

Outra novidade é uma central de notas fiscais. Atualmente a via da nota fiscal pertencente ao GDF que é recolhida no posto fiscal não passa por qualquer processamento ou checagem. "Com ela será possível fazer a balança comercial do DF. A partir do processamento das notas poderemos saber quanto entra de mercadoria no DF e quanto sai, quais os setores que mais importam e, principalmente, checar se o que o comerciante declara estar vendendo corresponde ao que ele tem comprado", diz Jorge Ernani.

Além de ser possível checar a veracidade das declarações de comerciantes locais, será possível planejar áreas de investimento do Governo. "Sabendo o que mais a população compra, por exemplo, se estabelecem oportunidades de negócio que podem ser incentivadas. Se um determinado tipo de produto é o mais consumido, pode se incentivar a fabricação dele no DF", declara Jorge Ernani.